


Dinâmicas Urbano-regionais na Amazônia Meridional

Urban-regional dynamics in the Southern Amazon

Dinámicas urbano-regionales en la Amazonia Sur

Hugo Rogério Hage Serra¹  <https://orcid.org/0000-0002-4026-8437>

¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)  Marabá (PA), Brasil

Autor de correspondência: serra@unifesspa.edu.br

Em seu trabalho intitulado “Observações sobre o conceito de cidade e urbano”, Sandra Lencioni (2008) assevera que a prática da pesquisa é um exercício que se confunde com opções. Para essa autora, fazer uma escolha é um recurso inerente à análise dos fenômenos. Por este motivo, o intelecto é o resultado da síntese, atividade que só se torna possível mediante a um gasto de tempo necessário em uma pesquisa. Tensões e acertos são comuns, o que, por certo, para um bom pesquisador, torna-se um motivador na produção do conhecimento.

O dossiê “Dinâmicas urbano-regionais na Amazônia Meridional” ora aqui apresentado é uma escolha feita por pessoas que se esforçaram para explicar parte da totalidade de uma região que se apresenta fora dos domínios homogêneos, tipicamente difundidos pela mídia nacional e internacional.

A Amazônia, já nos diria Carlos Walter Porto-Gonçalves, deve ser entendida no plural. Tal ideia nunca foi tão verdadeira e, ao mesmo tempo, atual. Quanto mais se propala sobre uma Amazônia homogênea, menos a sociedade conhece suas particularidades. Nestes termos, uma ‘Amazônia Meridional’ aparece, menos como uma provocação, e mais como um convite a se entender diferentes ritmos socioespaciais, que partem do urbano ao regional ou do regional ao urbano.

A referência ao recorte espacial “Meridional”, é, sem embargo, um ponto de partida tradicional, tipicamente utilizado por cartógrafos clássicos. Por outro lado, o dossiê em questão não se resume à aproximação cartográfica; mais do que isso, ele tenta esmiuçar questões específicas nas quais essa porção da Amazônia apresenta nuances socioespaciais dialeticamente relacionadas ao movimento das pessoas e de como elas se reproduzem coletivamente, seja no campo ou na cidade, no rural ou no urbano, seja por meio da memória ou da análise do desenvolvimento regional.

Há de reconhecer, ainda, que tratar a Amazônia em sua porção meridional implica retomar a ideia da qual Paulo César da Costa Gomes fala em seu trabalho ‘O lugar do Olhar’ (2013), em que ele afirma que o ponto de vista sempre requer a escolha de um espaço em detrimento de outro. Tal escolha é precedida, portanto, por um arranjo político-ideológico de quem o faz, incidindo em uma dada parcialidade do espaço, mas não descuidando da totalidade espacial. Ainda para aquele autor, o *lugar do olhar* também parte da observação, sendo esta a conduta de um grupo ou de uma pessoa. Mesmo assim, a observação pressupõe distância, que haverá de ter uma dada posição no espaço.

Isso significa tomar o óbvio: não há como tratar todas as particularidades regionais da Amazônia. Isso seria um delírio típico de um personagem de Jorge Luis Borges – famoso poeta argentino – ‘*Funes, el memorioso*’ (1944). Neste conto, Borges trata seu personagem como um enfermo que possui uma singularidade: ele possui uma memória e uma capacidade de perceber tudo o que está ao seu redor nos mínimos detalhes. Funes consegue identificar como as árvores balançam e, sobremaneira, ele consegue quantificar tudo. Porém, a capacidade

inigualável de esmiuçar os elementos dispostos na paisagem, por meio de uma hiper observação, não permite a Funes relacionar as coisas. Grande e pequeno, distante e perto, maior ou menor, densidade e rarefeito, harmônico e desarmônico...enfim, a miríade de situações passa – a largos passos – “distante” da possibilidade de se cotejar, de se entender as relações e suas projeções; e, por fim, o processo de compreensão de Funes é comprometido, visto que tal conceito só se torna possível mediante a um profundo mergulho no entendimento das coisas entre si, e não *per se*.

Uma geografia da Amazônia Meridional, portanto, está longe de cobrir tudo aquilo que se refere ao Sul. Por outro lado, permite ao leitor deste dossiê uma aproximação de realidades que, em tempo, ajustam-se a teorias e conceitos de outras realidades regionais, mas que, de forma diferente e combinada, apresentam formas e processos próprios, permitindo-nos avançar na capacidade analítica e na crítica regional que ora se apresenta.

O dossiê inaugura esta edição com o trabalho de Hugo Rogério Hage Serra, Railson Luz Santos Mota, Bruno Cunha da Silva e Emerson Maurício Cutrim dos Santos “Trabalho de campo integrado na Amazônia Meridional: a experiência da base comunitária agrícola de São Félix do Xingu-PA”. Neste texto, os autores aproveitam a experiência de uma atividade de trabalho de campo integrado para relatar uma realidade inversa ao que, costumeiramente, o município de São Félix do Xingu-PA apresenta à sociedade brasileira. Esse município não possui o maior índice de desenvolvimento social do país, tampouco apresenta a maior taxa de população absoluta. De forma diferente, São Félix do Xingu possui o maior rebanho bovino do Brasil. Por estes termos, uma das consequências é, indubitavelmente, maiores áreas descampadas para pastagem, assim como requalificação do solo natural para monoculturas. O trabalho dos autores aponta para a possibilidade inversa de se preservar a natureza com produção orgânica de amêndoas de castanha-do-pará, cacau de alta qualidade e folhas de jaborandi, tudo isso por meio de um sistema coletivo de produção intitulado ‘Sistemas Agroflorestais’ (SAFs). O artigo, por fim, é uma clara evidência de que, em meio às adversidades sicionaturais, um novo paradigma de produção rural, além de possível, é rentável e menos agressivo ao meio ambiente.

O debate sobre o rural – sendo uma expressiva realidade do tipo de região amazônica existente – continua sua trajetória neste documento com o artigo de Rogério Rego Miranda e Michel de Melo Lima. Nesta oportunidade, os autores atualizam o conceito de hegemonia, amplamente conhecido devido aos estudos de Antonio Gramsci. Para os autores, o movimento campestre no Sul e no Sudeste paraense produz territórios qualificados por eles como ‘territórios-acampamentos’, os quais somente são possíveis de serem inscritos no espaço devido à luta dos movimentos socio-territoriais. Tais movimentos, em uma história de um pouco mais de meio século na Amazônia, sofrem com o descaso do Estado ao não lhes prover condições arrazoadas de produção e de sobrevivência no campo. Como consequência do processo de territorialização dos movimentos socioterritoriais no Sul e no Sudeste paraense, escolas, associações, casas e demais instrumentos do tipo são a conduta ou *modus operandi* de resistência dos povos do campo daquela parte da Amazônia. Por fim, o trabalho dos autores, além de ser uma contribuição à temática dos conflitos territoriais na Amazônia, urge pela necessidade de uma profunda reforma agrária no Brasil.

A discussão sobre as questões territoriais do campo na Amazônia Meridional ganha ênfase com o texto de Rafael Benevides de Sousa e Cátia Oliveira Macedo. No trabalho dos autores, a preocupação central é mostrar ao leitor que há um perfil sociológico e geográfico da territorialização camponesa no Sul e Sudeste do Pará. A afirmação feita pelos autores coloca em xeque o conceito de fronteira, o qual não deve ser considerado como um conceito estático, menos ainda como um conceito de uma realidade pronta, espelhada de outras particularidades regionais distintas da Amazônia. A luta pela terra, para Rafael e Cátia, garante a renovação do difícil processo de Reforma Agrária, visto que os autores deixam claro que não se faz reforma alguma por via única. Como não há de se esperar por decisões políticas

dos representantes governamentais, os autores atestam a luta pela terra como instrumento e como autêntica proposta de fixação no território. Não menos importante, os autores acrescentam o debate sobre questões ambientais e sobre a presença de grupos étnicos muito presentes no Sul e Sudeste do Pará como ingredientes nas discussões sobre a terra na Amazônia.

A discussão sobre a economia brasileira tem se voltado para a influência do agronegócio como componente estruturante no PIB do país. O debate sobre a indústria clássica é atualizado pela simbiose entre campo e cidade. O agronegócio é reflexo inequívoco dos movimentos de globalização típicos de uma agricultura científica. É nestes moldes que o trabalho de Lucas Nascimento Almeida e de Hugo Rogério Hage Serra apresenta a cidade de Marabá como espaço urbano que reproduz lógicas de uma cidade do agronegócio sem sê-la em sua totalidade, alterando, em ritmo próprio, a dinâmica urbano-regional de parte da Amazônia Meridional. Para os autores, a paisagem da cidade mais importante do Sul e do Sudeste do Pará é marcada pela ampla presença de agrolojas e pelo constante movimento rodoviário, alterando, significativamente, a centralidade daquela cidade, assim como requalificando o conceito de região em todos os sentidos.

Ainda sobre Marabá dois trabalhos merecem destaque neste dossiê. O primeiro deles é de autoria de Gleice Kelly da Costa Menezes cujo título é 'A produção capitalista do espaço: políticas públicas, acumulação e indústria na cidade de Marabá e na região Sudeste do Pará'. O princípio norteador defendido pela autora é de que Marabá passa por mudanças estruturantes em sua centralidade devido ao desenvolvimento da indústria. Para ela, tal condição se torna possível na região devido a uma articulação entre Estado e capital privado. No processo de formação histórica de Marabá, a centralidade foi forjada em contextos econômicos singulares: caucho, castanha-do-pará, madeira, sem os quais a cidade não conseguiria alcançar um status de cidade média. Entre eles, a indústria tem destaque em recorte temporal relativamente recente, mas que, ao mesmo tempo, é fundamental para a economia regional, grafando no território a importância de Marabá para a região e para o restante do território nacional.

O segundo artigo de análises geográficas sobre Marabá é de autoria de Magno Ricardo Silva de Carvalho, cujo título é 'O Estado e as (re)configurações nas centralidades em cidades médias: contribuição a partir de Marabá-Amazônia-Brasil'. O urbano é o recorte espacial em questão e a centralidade novamente está em xeque. Para o autor, as cidades médias brasileiras passam por renovações no que diz respeito à organização espacial desses lugares. Espaços privados de consumo têm sido um dos elementos de requalificação da cidade, ritmando-as e alterando tanto as estruturas quanto as estruturações das cidades. No entanto, a presença dos clássicos agentes de mercado nas cidades médias, consolidados há muito tempo nas metrópoles, não acontece se não houver a forte intervenção do Estado com "facilidades institucionalmente legalizadas". Em Marabá, essa realidade tem acontecido de forma acelerada, impactando a paisagem urbana e, sobretudo, a economia da cidade como um todo. Por esse aspecto, uma nova geografia urbana em Marabá, assim como uma geografia regional desta seção da Amazônia Meridional é importante de ser estudada como uma particularidade amazônica.

O texto escrito por Eliseu Pereira de Brito, Luciano Laurindo dos Santos e Luziane Laurindo dos Santos intitulado 'Memórias ribeirinhas e hidrelétricas na Amazônia: o caso da barragem de Tucuruí' é enfático ao mostrar a desigual relação entre agentes que produzem a escala das ações em estratos diferentes, a qual resulta, por óbvio, em territorializações distintas. De um lado, a hidroelétrica de Tucuruí, comandada pelo consórcio hidroelétrico, cuja agente exponencial é a Eletrobrás, de outro, os ribeirinhos, espalhados em várias comunidades, viventes de um ritmo de vida completamente diferente. Em comum entre os dois, a água. Para o primeiro, a água é recurso; para o segundo, a água é a extensão da própria vida das pessoas, naquilo que Michel Foucault haveria dito como o corpo sendo a medida de

todas as coisas. Para os ribeirinhos, as grandes transformações mexeram com a memória dos lugares, algo muito íntimo e delicado para as pessoas, as quais estão fadadas a conviver com os descuidos dos agentes do desenvolvimento, deixando, como os próprios autores afirmam: grandes feridas abertas pela expropriação.

O dossiê “Dinâmicas urbano-regionais na Amazônia Meridional” é concluído com o trabalho de Victor da Silva Oliveira, Tiago Costa Martins e Maria do Socorro Mesquita Nunes, cujo título é “A geografia da indústria criativa tocantinense”. Neste importante trabalho, os autores se debruçam sobre uma temática pouco relacionada ao contexto amazônico. Partindo de um olhar regionalizado sobre o tema, observa-se que a indústria criativa em Tocantins segue ritmos particulares de organização econômico-espaciais, ao mesmo tempo em que tenta se situar em um cenário típico do processo de circulação das mercadorias. No bojo do processo de desenvolvimento das atividades do universo criativo, a geografia regional é tomada pelo claro desequilíbrio entre cidades centrais daquele estado, afetando, por conseguinte, a trama do próprio desenvolvimento. Os autores conseguem demonstrar, por meio de dados econômicos e do emprego que as cidades de Palmas (capital de Tocantins), Araguaína e Gurupi necessitam de diversificação nas políticas públicas que coloquem em prática não apenas o incentivo ao crescimento desse tipo de indústria, mas que tratem a desigualdade como um fenômeno a ser atenuado.

Por fim, cabe destacar que a Geopuc convida o leitor a ampliar o horizonte geográfico sobre uma Amazônia Meridional. Os editores, principalmente os autores dos textos, disponibilizam o coletivo de artigos que tratam de diferentes temáticas. Ao mesmo tempo, sabe-se que a região amazônica oferece um arcabouço de realidades de diferentes matizes, fazendo com que a investigação geográfica seja renovada de acordo com os interesses dos pesquisadores. Boa leitura!